

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten checkmark]

Procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, tendo em vista a ocupação de um posto trabalho, para a carreira geral de Técnico superior (proteção civil) - Proc. 18/2018

(Aviso publicado na Diário da República, 2.ª série n.º 93 de 15 de maio de 2018)

Lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos e convocatória para a realização do 1.º método de seleção - PC

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte, reuniu o júri do procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista a ocupação de um posto para a carreira geral de técnico superior (proteção civil) para os Serviços Municipais de Proteção Civil, constituído pelo Presidente do Júri, Mestre, Eng.º Vitor Primo, 1.º Vogal efetivo, Licenciado Dr. Miguel Marques Lemos Rodrigues, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e a 2.º Vogal efetiva, a técnica superior Dr.ª Maria de Fátima Pinto da Costa, reunião que teve como objetivos:

- 1.º Elaborar as listas definitivas dos candidatos admitidos e excluídos ao procedimento;
- 2.º Proceder à convocatória dos candidatos admitidos para a realização do 1.º método de seleção nos termos do artigo 32.º conjugado com a alínea a) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145 -A/2011, de 6 de abril.

Dando início à reunião o júri verificou após a realização da audiência dos interessados aos candidatos excluídos, foi rececionado um requerimento apresentado pelo candidato **Albano Joaquim Magalhães Teixeira**.

Conforme fundamentos expressos na ata de resposta à reclamação apresentada, o júri deliberou por unanimidade admitir o candidato ao procedimento concursal.

Terminado o prazo para o exercício do direito de participação dos interessados, sem que os demais candidatos tivessem apresentado qualquer pronúncia, o júri deliberou manter as exclusões dos candidatos ao procedimento concursal, elaborando para o efeito a seguinte lista:

CANDIDATOS EXCLUIDOS

ANA SOFIA FERREIRA TAVARES
CARLA ISABEL GOMES BACELO

FRANCISCA OLIVEIRA PIMENTEL CASTRO MANSO

JOANA MARQUES DE OLIVEIRA RAMOS DE CARVALHO

MARIA ISABEL DIAS TAVARES

PEDRO FILIPE LABRINCHA BARREIRINHA

PEDRO MIGUEL GONCALVES RODRIGUES

SILVIA ALEXANDRA DA SILVA CUNHA

VANESSA PAULINA CALDEIRA FERRAZ

CANDIDATOS ADMITIDOS

ADELINO JORGE EIRAS PEREIRA	PC
ALBANO JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA	PC
ALVARO MANUEL VILAR DA SILVA	PC
ANDRE RICARDO AZEVEDO MORAIS	PC
CLAUDIO MIGUEL TOMAS LOPES	PC
DANIEL JOSE CARVALHO DOS REIS ESTEBAINHA	PC
FILIPE DA SILVA ANTUNES	PC
GONCALO FILIPE MATEUS MARQUES	PC
JOAO FILIPE ROCHA SANTOS	PC
JOAO MANUEL DE SA LOPES	PC
JOAO PAULO FERNANDES LOPES	PC
JOAO PAULO ROCHA ENCARNACAO	PC
JOSE BERNARDO FARIA SILVA	PC
JOSE LUIS FERREIRA DA SILVA	PC
JOSE MANUEL ROCHA VIANA	PC
MARCOS BRUNO MURCA FERNANDES	PC
MARIO LEANDRO DUARTE PEREIRA DA CONCEICAO	PC
MARLENE SOFIA SANTOS DO NASCIMENTO	PC
NELIA MARIA PEDROSO PEREIRA DA COSTA	PC
NUNO FILIPE MENDES DE BRITO	PC
PEDRO FILIPE QUEIROS TEIXEIRA	PC
RICARDO JOSE ALVES SALVADO SIMOES SANCHES	PC
TELMA DEOLINDA PEREIRA GONCALVES	PC
VERONICA DUARTE FIGUEIREDO	PC

**CONVOCATORIA AOS CANDIDATOS ADMITIDOS
PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTOS (PC)**

[Handwritten signature and initials]

O Júri deliberou convocar os candidatos admitidos, para a realização da prova de conhecimentos que irá decorrer no próximo dia **27 de julho de 2020**, pelas **10h00m**, nas instalações da **Escola Secundária Almeida Garrett** no **Pavilhão Pequeno (24 candidatos)**, sita na Praceta Dr. José Sampaio, 4430-090 Vila Nova de Gaia

A Prova de conhecimentos teórica escrita de consulta, incidirá sobre questões de escolha múltipla e de desenvolvimento, de natureza genérica e específica, diretamente relacionadas com a exigência da função.

A Prova de conhecimento será de realização individual, valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até as centésimas e pontuadas da seguinte forma:

Prova de conhecimentos gerais = 8 valores

Prova de conhecimentos específicos = 12 valores

A Prova de Conhecimentos, terá a duração de 1H30M, devendo os candidatos comparecer 15 minutos antes da hora indicada, fazendo-se acompanhar de documento de identificação válido: cartão de cidadão ou bilhete de identidade.

Face ao atual contexto de pandemia da COVID-19, os candidatos devem obrigatoriamente usar equipamento de proteção individual, nomeadamente máscaras.

Os candidatos durante a realização da prova de conhecimentos poderão consultar os diplomas legais, não sendo autorizado o uso de legislação anotada ou comentada.

Não é permitida a consulta de documentação em formato digital e a utilização de qualquer meio eletrónico durante a realização da prova de conhecimentos.

Conhecimentos gerais:

Lei n.º 1/2005, de 12 de agosto -Constituição da República Portuguesa;

Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro - Código do procedimento administrativo;

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual - Regime jurídico das autarquias locais;

Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual - Autarquias locais - competências e regime jurídico;

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, art.º 237.º a 257.º (Férias e faltas), na sua redação atual - Código do Trabalho;

Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual - Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública.

Conhecimentos específicos:

Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua atual redação - Lei de Bases da Proteção Civil;

Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho na sua atual redação - Sistema integrado de operações de proteção e socorro (siops);

Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na sua atual redação - Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal;

Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil 20/2015, de 7 de maio - Fixa os critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização dos Planos de Emergência de Proteção Civil;

Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho - Cria uma conta de emergência que permite adotar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofe ou calamidade.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, na sua atual redação - Lei de Segurança Interna.

E, não havendo outros assuntos a tratar no que se refere a este concurso, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros do júri.

O Júri,

Vitor Martins Primo

Vitor Primo

Miguel Marques Lemos Rodrigues

Miguel Marques Lemos Rodrigues

Maria de Fátima Pinto da Costa

Maria de Fátima Pinto da Costa